

Folha Florestal

Jornal da Aflobei - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior • **Directora:** Marta Ribeiro Telles • Abril 2008
Edição/ Design gráfico: *Jornal do Fundão Editora, Lda.* Este Boletim é financiado pelo Fundo Florestal Permanente

Bioenergia

Sector precisa de preços competitivos

Pag. 4 e 5



Biocombustíveis

Prio traça retrato do sector em Portugal

Pag. 10



Cogumelos Silvestres

Um recurso natural a considerar no desenvolvimento agro-florestal

Pag. 8 e 9



Rita Horta, gestora do PRODER

Candidaturas à floresta devem iniciar até Julho



Rita Horta, gestora do PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural confia no trabalho que tem sido feito pelo Governo na operacionalização do PRODER. A responsável prevê que as candidaturas para as acções florestais do Subprograma 1 abram ainda este semestre.

Pag. 2 e 3

Três ZIF da Aflobei aprovadas

ZIF Monforte da Beira – Malpica do Tejo; ZIF Sarzedas – Magarefa; e ZIF Penha Garcia são as primeiras Zonas de Intervenção Florestal da Aflobei a receber parecer positivo da Direcção-Geral dos Recursos Florestais.

Pag. 6 e 7

EDITORIAL

A constituição de três das sete Zonas de Intervenção Florestal promovidas pela Aflobei mereceu já aprovação da Direcção-Geral dos Recursos Florestais. As ZIF foram já propostas pela DGRF para publicação em Diário da República, o que tornará oficial a sua constituição.

É o final de um processo altamente burocrático, que se arrastou durante dois anos, e é, acima de tudo, o início da concretização do futuro da gestão florestal na região da Beira Baixa. Ao promoverem a gestão conjunta de propriedades, as ZIF trazem enormes vantagens para os aderentes. São fundamentais para a gestão sustentável e coordenada dos espaços florestais e naturais, para a diminuição dos riscos de ignição e propagação de incêndios, e ainda para a recuperação das áreas ardidas.

Todos os benefícios referidos estão previstos na estratégia do Governo Português de incentivo à criação de Zonas de Intervenção Florestal. O PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013, que estipula os apoios para o sector rural, concretiza essa decisão estratégica ao privilegiar projectos inseridos em ZIF. Insatisfeito com o insucesso dos resultados obtidos no apoio a projectos florestais de pequena dimensão, os dinheiros públicos para a floresta passam a ser orientados, sobretudo, para projectos de maior escala.

Infelizmente, ainda não foi publicada a regulamentação necessária à operacionalização das candidaturas, o que representa, para já, um atraso no aproveitamento dos fundos comunitários. Esperemos que, no final deste período de programação, o actual atraso não se traduza também no insucesso da estratégia de Portugal e dos produtores florestais para o sector.

O aproveitamento energético da biomassa florestal para produção de bioenergia e a exploração de culturas energéticas para biocombustíveis são duas novas áreas que têm vindo a ganhar dimensão em Portugal. Os próximos anos serão de enquadramento destas vertentes nos sectores florestal e agrícola, podendo tornar-se mais-valias importantes para os produtores.

Nesta edição do Folha Florestal vamos também dar a conhecer um dos subprodutos da floresta com maior potencial na Beira Interior: os cogumelos silvestres. O seu valor gastronómico e comercial é, muitas vezes, desconhecido do proprietário. São um recurso natural a considerar no rendimento e no desenvolvimento da floresta, e enquanto subproduto fundamental para o fomento da biodiversidade no espaço florestal.

Floresta tem das ajudas mais elevadas do PRODER

Abertura de candidaturas ainda este semestre

Rita Horta é directora do Gabinete de Planeamento e Políticas, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, sendo, por inerência gestora da Autoridade de Gestão do PRODER.

Embora estejamos em 2008 e ainda existam muitas medidas por abrir, em entrevista ao Folha Florestal, Rita Horta revela-se confiante no trabalho que tem sido desenvolvido na operacionalização do PRODER. A responsável salienta que todo o trabalho de preparação das medidas é feito de forma sequencial, obedecendo a vários processos de planeamento e encara com naturalidade o que muitos consideram ser uma demora na abertura das candidaturas.

As primeiras acções florestais a abrir são as da medida 1.3-Promoção da Competitividade Florestal, do *Subprograma Promoção da Competitividade*.

Para Rita Horta não existem dúvidas: a floresta tem das ajudas mais elevadas da programação e é um sector estratégico. E, nesse aspecto, adverte, os projectos integrados em Zonas de Intervenção Florestal irão ser favorecidos sobre todos os outros.

Quando estarão operacionais todas as candidaturas para todas as medidas e acções do PRODER, e particularmente as medidas florestais?

A floresta tem duas grandes áreas de intervenção: na área do *Subprograma Promoção da Competitividade*, cujas medidas de apoio estão numa fase de preparação muito adiantada; e no *Subprograma Gestão Sustentável do Espaço Rural*, que serão abertas numa fase subsequente, já que a abertura de candidaturas não é feita em simultâneo.

Já abriram, neste momento, as candidaturas relativas às medidas agro e silvo-ambientais. O próximo passo vai ser a abertura das candidaturas a duas das acções mais importantes, a "Modernização e capacitação das empresas", juntamente com a relativa ao prémio à instalação do Jovens Agricultores, do *Subprograma Promoção da Competitividade*. Seguir-se-á, como já referi, as acções relativas às florestas deste Subprograma.

Mas será possível aos produtores submeterem candidaturas ainda este semestre?

Sim. Todo o trabalho está a ser feito de uma forma sequencial e é esse o nosso objectivo.

Quais são as grandes novidades nas linhas do PRODER face à programação anterior?

Começo por realçar que o PRODER vem substituir quatro



programas do anterior período de programação, de acordo com as novas orientações comunitárias, o que obriga a uma maior coerência e coordenação entre todas as medidas. Tínhamos quatro programas geridos por quatro gestores e agora temos uma autoridade de gestão, com uma base regional, que deverá garantir esta coerência quando se proceder à sua avaliação.

Para além disso, o Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural, o Feader, obrigou a uma organização muito precisa, isto é, as medidas a aplicar pelos Estados Membros estão repartidas por quatro áreas de intervenção distintas (chamados eixos em terminologia comunitária), sendo o quarto eixo, a Abordagem Leader, a continuação, em moldes algo diferentes, do Programa Leader+.

O PRODER segue esta orientação, adaptada à realidade nacional, estando subdividido em quatro Subprogramas: o primeiro, denominado "*Promoção da Competitividade*", insere medidas do Eixo 1 comunitário e procura desenvolver toda a actividade agrícola, alimentar e florestal na óptica da competitividade. Tal significa promover o apoio às empresas para que ampliem a sua capacidade concorrencial, não só ao nível regional ou nacional, mas a nível internacional, pois o mercado é, hoje, global.

O *Subprograma 2 – Gestão Sustentável do Espaço Rural*, cu-

jas medidas seguem as orientações relativas ao Eixo 2 comunitário, tem uma importante dimensão no que se refere à melhoria do ambiente e da paisagem através do apoio à gestão do espaço rural.

O *Subprograma 3 – Dinamização das Zonas Rurais*, Eixo 3 comunitário, pretende promover a qualidade de vida nas zonas rurais e a diversificação das actividades económicas. As medidas deste subprograma irão ter uma importância e dimensão superior às dos anteriores quadros, quer pela sua maior dimensão financeira quer porque a sua gestão irá ser feita por parceiros locais, organizados em parcerias, denominadas Grupos de Acção Local (GAL) e a partir duma Estratégia de Desenvolvimento Local, ou seja, a abordagem Leader ou Eixo 4 comunitário. A este subprograma foram alocadas 10% das verbas totais do Feader para o Continente, ou seja, relativamente ao quadro anterior, houve uma duplicação dos apoios públicos para a promoção e dinamização das zonas rurais, aquelas com maior importância em termos de população rural e menores índices de desenvolvimento. É, pois, uma importante alteração que, juntamente e em complementaridade com os restantes apoios previstos nos diversos Programas do Quadro de Referência Estratégico Nacional, o QREN, devem poder melhorar substancialmente o quadro de desenvolvimento das

regiões mais interiores do país, a partir dos seus recursos endógenos, seja no turismo em espaço rural ou turismo na natureza, seja em todas as outras actividades económicas, apoiando microempresas que criem emprego e fixem a população.

Referiu a importância do Leader na programação do PRODER. O Leader no distrito de Castelo Branco tem sido um programa excessivamente camarário e com pouca participação das associações de produtores. Essa situação vai mudar ou continuará a verificar-se?

A questão que levanta tem a ver com aquilo a que se chama a qualidade da representatividade das parcerias, ou seja, dos membros que dela farão parte. A situação que está a apresentar já foi identificada nas avaliações feitas no quadro passado, pelo que devemos prever os mecanismos para que tal não aconteça.

Desde logo pela obrigação, comunitária, de os vários parceiros deverem representar os vários sectores socio-económicos locais do território em causa, e, em segundo lugar, porque os representantes da sociedade civil – como sejam os agricultores, as mulheres rurais, os jovens – devem representar pelo menos 50% da parceria, pretendendo-se, desta forma, evitar um peso dominante da administração local face a outras forças locais.

Muito brevemente vai sair o regulamento do concurso a partir do qual serão seleccionados os GAL, os territórios respectivos e as estratégias para o seu desenvolvimento. Os critérios para esta selecção já foram discutidos e consensualizados com os membros do Comité de Acompanhamento do PRODER e todo este processo irá ser devidamente publicitado e tornado público. O que pretendemos é que sejam estabelecidas as estratégias adequadas para territórios devidamente representados nas respectivas parcerias, com uma dimensão e massa crítica suficiente para criarem as dinâmicas indispensáveis para contribuir para a melhoria e bem-estar das populações locais.

O PRODER reconhece que houve algum excesso de complexidade administrativa na gestão de programas de investimento anteriores. Como referiu, os quatro programas anteriores foram substituídos por somente um. O simplex vai chegar finalmente ao desenvolvimento rural?

Nós queremos que sim. Para o promotor ou candidato às ajudas, o que interessa é que o acesso seja relativamente fácil e compreensível, independentemente da origem do fundo. O que está previsto é, em primeiro lugar, suavizar o mais possível a tramitação burocrática, para a qual a desmaterialização do processo é fundamental. Os formulários para as candidaturas estarão disponíveis no sítio do programa, www.proder.pt, devidamente acompanhados de instruções. A partir destes formulários, que já foram distribuídos aos parceiros sociais representados no Comité de Acompanhamento para apreciação, poder-se-á proceder a uma gestão informatizada do processo de análise das candidaturas, com prazos previamente fixados, com o objectivo de garantir ao beneficiário uma resposta o mais rápida possível e da forma menos burocrática possível. Vai-se privilegiar a informação prévia, construindo os modelos de análise de forma harmonizada e o mais objectiva possível, a fim de garantir tratamento igual para situações idênticas, facilitando o trabalho dos analistas, ganhando tempo e garantindo uma harmonização de procedimentos. Contamos, naturalmente, com as tecnologias de informação, que poderão e deverão tornar realidade o desejo de simplificação por todos ambicionado. A importância de cumprir prazos está, assim, presente nos próprios regulamentos de aplicação, sendo estabelecidos nas portarias para cada medida ou acção, e exigindo uma maior responsabilização de todos nós.

Pode explicar de modo concreto a sequência que os projectos de investimento vão seguir desde que são submetidos pelos promotores?

A tramitação das candidaturas estará descrita em cada portaria regulamentadora, de forma que se pretende simples e adequada para o candidato. Esta regulamentação, no seguimento da aprovação do Programa, é elaborada em coerência com o mesmo, bem como com as regras e orientações gerais, comunitárias e nacionais, sob proposta do gestor, e é aprovada pelo Ministro da Agricultura, após auscultação dos serviços centrais e regionais do Ministério da Agricultura e dos parceiros, através dos membros presentes no Comité de Acompanhamento. Nesta data, já estão publicados dois Decretos-Lei e quatro portarias regulamentadoras, a última relativa à acção 1.1.1, relativa à "Modernização e capacitação das empresas", todas



elas disponíveis no sítio do PRODER.

Em concreto, para uma candidatura na área do Subprograma 1, os potenciais beneficiários poderão descarregar o formulário adequado para o respectivo projecto no sítio do PRODER na internet. Poderão proceder ao seu preenchimento posteriormente, sozinhos ou com o apoio que considerem necessário; o formulário deverá ser reenviado novamente pela internet, para o sistema de informação do PRODER. Este procederá ao reencaminhamento automático para a Direcção Regional de Agricultura e Pescas da área onde o projecto se localize. De seguida, e de acordo com os procedimentos estabelecidos na respectiva portaria regulamentadora – acompanhados de orientações técnicas, normas e manuais de procedimentos, todos eles previamente estabelecidos – os responsáveis regionais e os técnicos analistas irão dar seguimento às diferentes fases de análise, que se inicia pela verificação dos critérios de elegibilidade e continua com os critérios de selecção, num processo interactivo entre o nível regional e central, que deverá culminar com uma decisão, positiva ou negativa, do gestor sobre a referida candidatura. Esta será comunicada ao interessado e ao IFAP que, como organismo pagador, dará início ao processo de contratação para efeitos do financiamento.

Há, pois, diferenças face ao passado. Não só em termos de repartição de competências e consequentes circuitos de tramitação, como de procedimentos, que se pretendem mais céleres e harmonizados. A outra grande diferença reside na utilização de períodos previamente fixados de abertura e fecho de candidaturas, sendo as regras para os mesmos previamente publicitadas através de avisos. Trata-se de uma forma de gestão que permite fazer uma adequação dos recursos aos objectivos previamente estabelecidos na programação e assegurar a coerência com os recursos financeiros disponíveis.

O PRODER vai ter mecanismos que lhe permitam ter capacidade para, ao longo dos anos, se ir adaptando a questões que possam ser levantadas nos critérios de avaliação, nas medidas ou outras situações?

Com certeza. É sempre possível fazer adaptações às medidas e, consequentemente, alterações à programação, tal como já como aconteceu no passado. Ou seja, se através do processo de avaliação que está previsto se chegar à conclusão que há critérios desajustados, suscitando a necessidade de se proceder a reajustes, estas alterações deverão ser adaptadas em sede de Comité de Acompanhamento, para apresentação e aprovação pela Comissão Europeia.

Qual é o enquadramento que o PRODER dá à floresta ao nível dos sectores estratégicos?

Neste quadro existem fileiras estratégicas e não estratégicas. No primeiro caso os apoios são superiores. O sector florestal,



Sector florestal tem dos apoios mais elevados

como sector estratégico, tem níveis de apoio dos mais elevados, estando estes maioritariamente concentrados na *Medida 1.3 - Promoção da Competitividade Florestal*, e na *Medida 2.3 - Gestão do Espaço Florestal e Agro-Florestal*.

Por outro lado os grandes objectivos nacionais já constam da Estratégia Nacional para as Florestas, complementada pelos Planos Regionais de Ordenamento Florestal, os PROF, que cobrem todo o país, bem como um conjunto de outras orientações complementares, de que salientamos o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra os Incêndios., a que acresce a necessidade de apresentação de um plano de gestão florestal ao nível da exploração (PGF). Ou seja: temos um quadro orientador bastante claro e os apoios previstos neste programa, embora com níveis inferiores aos do quadro anterior – de acordo com as orientações comunitárias – atingem níveis que consideramos serem ainda suficientemente atractivos para o sector.

Com a Beira Baixa a enfrentar dificuldades na agricultura, a floresta poderá ser um sector que se assume como uma aposta maior na região. Foi manifestado algum esforço de regionalização da estratégia que encontre eco no apoio do PRODER? Serão os agentes do sector e outros instrumentos do Estado a delinear a estratégia?

As medidas e acções foram concebidas de acordo com a Estratégia Nacional para as Florestas e com os PROF, nomeadamente, todos eles instrumentos que foram discutidos publicamente e que, pela sua concepção, deverão permitir o desenvolvimento harmonioso de todas as re-

giões, nomeadamente a da Beira Baixa. As estratégias foram definidas no pressuposto da afectação mais eficiente dos recursos florestais tendo em conta as especificidades das regiões, como o solo ou o clima, de acordo com uma lógica de desenvolvimento sustentável e de promoção da competitividade.

A complementar essa estratégia florestal nacional existem as orientações estratégicas da programação, que, para além da dimensão nacional, também se multiplicam a nível regional. Portanto, aquilo que foi aprovado como estratégia nacional vai-se reflectir na Zona Centro de acordo com a situação própria da Zona Centro. Se considerarmos que, para esta região, a floresta é muito mais importante do que, por exemplo, para o Algarve, naturalmente isso deverá influenciar o tipo de projectos aprovados e a afectação dos recursos às grandes áreas do PRODER e às regiões.

O PRODER confirma as intenções do Governo de incentivar os proprietários e produtores florestais a aderir a Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). Quais são mais concretamente as vantagens para os produtores que desenvolverem projectos inseridos em ZIF?

Os projectos inseridos em Zonas de Intervenção Florestal, em termos de critérios de selecção, são os mais valorizados. A necessidade de criar dimensão, de tentar resolver em conjunto aquilo que, isoladamente, é mais difícil, tem prioridade em sede do PRODER. Ou seja, se houver 10 projectos, dos quais 9 forem projectos individuais e 1 for numa ZIF, o projecto da ZIF ficará classificado em primeiro lugar. Isto significa que um projecto inserido numa ZIF tem muito maiores probabilidades de financiamento – numa dotação orçamental que

nunca é suficiente – se, esperamos nós, houver muitos e bons projectos. Existe, assim, uma estratégia que privilegia o financiamento de projectos no âmbito de ZIF, projectos agrupados, projectos de maior dimensão.

A certificação da gestão florestal tem vindo a crescer em Portugal. O PRODER reflecte uma aposta nacional nesse instrumento de mercado? Existe alguma concertação nas medidas do PRODER entre a Certificação da Gestão Florestal e a gestão de ZIF?

O PRODER apoia a certificação florestal, visto que todas as despesas materiais e imateriais consideradas necessárias para o beneficiário conseguir obter a certificação florestal são consideradas elegíveis. Desse modo, há um financiamento a projectos individuais de acesso aos custos preparatórios da certificação – seja de uma ZIF, de agrupamentos ou de um produtor individual. Houve, durante o período de negociação, a apresentação de uma proposta, à Comissão Europeia, no sentido de apoiar um sistema de certificação de base regional, mas que não foi considerada elegível e, por conseguinte, não pôde ser mantida. Esta situação resulta de orientações comunitárias que, como se sabe, temos que seguir. O FEADER, em muitos aspectos, não tem a flexibilidade que outros fundos têm, como o FEDER. Portanto, existe apoio à certificação florestal, apresentado em candidatura na acção 1.3.1, relativa à “Melhoria produtiva dos investimentos”.

Componente energética interessa ao sector florestal

Segundo dados apresentados pelo Estado, a área de culturas energéticas em Portugal repre-

senta apenas 0,2% da área da UE. A U.E. e os E.U.A. têm vindo a concretizar objectivamente uma aposta nos chamados biocombustíveis de segunda geração. Portugal vai também confirmar expressamente esse apoio?

É uma pergunta que não se deve fazer apenas à agricultura. A estratégia do PRODER tem uma preocupação fundamental em termos agrícolas e agro-alimentares, que é contribuir para uma melhoria da balança alimentar. O contributo que o PRODER pode dar para a balança energética é relativamente secundarizado se olharmos para a estratégia, já que a função primordial da agricultura é contribuir para a alimentação dos povos. A componente energética é, naturalmente, muito mais importante no sector florestal. Esse, sim, tem uma palavra a dizer a nível energético. A componente agrícola, neste momento e em relação às tecnologias para a transformação dos biocombustíveis, ainda está em fase de primeira geração, com uma forte concorrência com as produções alimentares. A nível florestal está perfeitamente identificada a possibilidade de financiamento de um conjunto de equipamentos e de outro tipo de despesas que vão de encontro ao contributo da floresta para a produção da biomassa.

Referiu que o PRODER prevê incentivos relacionados com o aproveitamento da biomassa, que estão presentes em várias acções. Existe uma estratégia global que esteja concertada ou planeada entre as várias acções?

Com certeza. O conjunto de elegibilidades definidas no PRODER devem ser coerentes entre si e com as restantes medidas, sendo um complemento às estratégias nacionais, de acordo com a capacidade de intervenção do próprio programa. Os promotores interessados nestas áreas deverão, pois, ir procurar ao PRODER o tipo de apoios que estão dentro da sua área de actuação. O promotor propor-se-á fazer aquilo que é mais conveniente na sua perspectiva, com uma estratégia para a concretização do seu projecto. A capacidade de fazer um projecto com coerência é dada ao próprio promotor, sendo que os critérios de elegibilidade e as regras de selecção deverão garantir, do ponto de vista da programação, a sua coerência com as restantes medidas ou acções.

Apesar de não ser a prioridade no PRODER para a agricultura, será possível receber um apoio significativo para projectos-piloto para produção de biocombustível a partir de biomassa?

Sim. Existe a Medida 4.1 - Cooperação para Inovação, a qual tem como objectivo apoiar projectos que visem a inovação, quer sejam novos produtos ou processos. Neste contexto, poderão ser apresentados planos para o desenvolvimento de projectos-piloto inovadores, que podem ser de âmbito agrícola ou florestal, desde que apresentados por parcerias privadas ou público-privadas, cujos objectivos sejam repercutidos no sector.



Sectores têm que ter preços competitivos

PRODER apoia bioenergias e biocombustíveis



José Miguel Lupi Caetano

José Miguel Lupi Caetano é presidente da UNAC – União da Floresta Mediterrânica, organização que representa os interesses de diversas associações nacionais de produtores florestais. Em entrevista ao Folha Florestal, José Miguel Lupi Caetano diz-se agradado com o realce que o PRODER dá às bioenergias e biocombustíveis, mas alerta que estes sectores só poderão singrar se tiverem um preço competitivo dentro do panorama internacional. O país tem todas as capacidades para criar um mercado de produção de energia a partir de biomassa. Existe matéria-prima, falta tornar rentável a sua exploração para absorver a indústria, previne. Se tudo correr bem, diz, dentro de 3 ou 4 anos os produtores florestais e agrícolas poderão ter um valor acrescentado por esse trabalho, pago por um novo mercado.

A produção florestal dedicada para biomassa é um dos novos desafios que se apresentam aos produtores florestais. O presidente da UNAC prevê que, em breve, ganhem força as produções florestais energéticas, que deverão ser articuladas com as principais produções florestais.

Que análise faz do PRODER 2007-2013 no que se refere aos apoios na área das bioenergias e biocombustíveis?

Sem dúvida que, em termos políticos, o documento dá uma ênfase significativa à questão das bioenergias e biocombustíveis, que é um sector fundamental na actividade económica do mundo rural. Mas mais importante do que estes apoios estratégicos de investimento, que estão limitados no tempo, é ter um preço para este tipo de energias que seja competitivo no panorama internacional.

Portanto, embora já exista uma forma de apoiar o início do desenvolvimento do negócio, ainda não temos garantido que, em termos estratégicos, o negócio das bioenergias e biocombustíveis em Portugal se possa manter. Ao nível dos biocombustíveis, temos que ver a questão como uma produção agrícola para fornecer o mercado de combustível em Portugal. Ora, se o mercado for completamente aberto, com certeza haverá outros países com capacidade de produzir cereais mais baratos do que nós e, portanto, perdemos capacidade competitiva.

Mas sente que neste PRODER existe uma estratégia do Estado para os produtores florestais apostem nestes sectores?

Existe uma intenção para começar a montar um negócio, mas se não houver a montante um preço para o negócio, o dinheiro do PRODER será mal gasto.

NOTA

Uma central de produção de energia eléctrica, com combustíveis fósseis, pode emitir as seguintes quantidades aproximadas de CO₂:

- central a carvão (caldeira de vapor com rendimento eléctrico de 36%) - 1000g/kWh (Pego, Sines)
- central a fuelóleo (caldeira de vapor com rendimento eléctrico de 38%) - 800g/kWh (Setúbal)
- central a fuelóleo (motores diesel com rendimento eléctrico de 46%) - 650g/kWh (Madeira e Açores)
- central a gás natural (ciclo combinado com rendimento eléctrico de 55%) - 370g/kWh (Outeiro, Carregado2)

Estas são apenas as emissões da central (não contabiliza o ciclo "Well-to-Weel") e nas mesmas condições, uma central de biomassa tem emissões nulas, pois o CO₂ emitido é neutro, segundo Quito e a UE.

Portanto, por exemplo para o carvão, temos uma emissão de 1000g/kWh, que é o mesmo que 1 tonelada de CO₂ por MWh, então o balanço é de uma 1ton/MWh, ou seja, cerca de 1100 toneladas de CO₂ por hora no caso de Sines ou 800 toneladas de CO₂ por hora no caso do Pego.

Com o actual preço de 23 €/ton CO₂, haverá uma poupança de 25000 euros por hora para a central de Sines ou 18000 euros por hora para a central do Pego, em custos de aquisição de direitos de emissão de CO₂.

Quanto ao balanço energético entre a utilização de carvão numa central de 38% e a biomassa numa central de biomassa de 27% teremos uma razão de 3 toneladas de biomassa para 1 tonelada de carvão para produzir a mesma energia eléctrica.

E estão criadas condições que incentivem a aposta em projectos-piloto para produzir biocombustíveis?

Existem alguns incentivos. Mas esses projectos-piloto morrerão se não houver um mercado. Os projectos deverão ser um incentivo para se produzir para o mercado e precisamos garantir que esse mercado vai existir com preços competitivos a nível internacional.

Portugal tem uma estrutura capaz de desenvolver esse mercado?

Portugal tem com certeza uma estrutura para desenvolver esse mercado. O espaço rural português tem capacidade de produção e Portugal necessita mais do que qualquer outro país de um mercado endógeno de produção de energia limpa, devido à sua dependência energética e à sua falta de dimensão para jogar no tabuleiro internacional. Logo, estas duas vertentes têm que estar ligadas, para passarmos do experimentalismo e da intenção para, efectivamente, um mercado forte de produção de energias alternativas e endógenas que nos permita garantir segurança aos portugueses.

Tendo em conta o mercado que se está a tentar criar em Portugal com os concursos para as centrais a biomassa e os parques recursos de biomassa existentes no país, deveria existir na política florestal portuguesa um apoio ao investimento em floresta dedicada à produção de biomassa?

Quanto ao esforço na criação de

um mercado produção de energia eléctrica com base na biomassa só tenho um reparo a fazer: já passaram cerca de dois anos e meio e ainda não estão as licenças do concurso todas atribuídas. É um processo demorado demais e não se entende porquê. Deveria ser uma análise técnica rápida e eficiente para que pudéssemos ter, a breve trecho, as licenças entregues, visto que o processo seguinte ainda vai demorar e ser complicado. Por isso, se calhar vamos demorar 5 ou 6 anos a desenvolver um processo que poderia demorar 1 ou 2. Isto relativamente ao concurso.

Relativamente à biomassa disponível, efectivamente existe biomassa. É preciso criar uma forma de exploração de biomassa residual florestal que seja competitiva no mercado e isso ainda vai exigir dos agentes muito esforço e muito investimento financeiro, mas irá com certeza dar os seus resultados. Não temos dúvidas relativamente àquilo que vai ser a procura de biomassa não só devido à produção de energia eléctrica, mas também no seguimento de tudo o que estiver enquadrado no comércio de emissões de carbono. E, então, nós teremos que criar produções dedicadas na floresta e na agricultura que satisfaçam esse mercado. Parece-me lógico que é fundamental para o desenvolvimento rural, para agricultura e para a floresta portuguesas que isso seja uma realidade.

Então espera que comecem a surgir produtores a apostar na produção florestal dedicada a biomassa?

Espero que num futuro muito rápido, para além das principais produções florestais comece a haver uma oferta grande – nós temos território para isso – de produções florestais energéticas.

Na hipótese da aposta na produção dedicada para biomassa, a grande necessidade de matéria-prima pode criar riscos para essas outras produções?

Se tivermos a capacidade de enquadrar a oferta de biomassa para energia dentro daquilo que são as necessidades dos outros mercados florestais não há esse risco. Se nós não tivermos a capacidade de fomentar, por um lado a capacidade de ir buscar biomassa residual a preços competitivos, e por outro fomentar as culturas florestais e agrícolas dedicadas aí teremos um problema. Mas penso que estamos bem a tempo de prever isso. É preciso que haja uma estratégia e haja inteligência e vontade sobre o assunto. E a vontade não deve ficar no Terreiro do Paço, tem que ser uma vontade no terreno.

No meio de tudo isto, qual é o papel dos produtores florestais? O que poderão ganhar com este negócio?

Os produtores florestais poderão ganhar no dia em que, para além do custo que têm na eliminação dos seus resíduos sejam pagos por esta necessidade de matéria-prima para a produção de energia. E eu acredito que dentro de 3 ou 4 anos os produtores florestais e agrícolas terão um valor acrescentado por esse trabalho, pago por um novo mercado.

Beira Baixa tem elevado potencial para produzir biomassa

Energias alternativas são opção ao tabaco

José Miguel Lupi Caetano é também presidente das empresas Logística Florestal e Sobioen, estando, desse modo, envolvido em consórcios vencedores e candidatos à criação de centrais de biomassa. O distrito de Castelo Branco é um dos alvos principais dos vários consórcios em virtude do seu cariz florestal. De acordo com José Miguel Lupi Caetano, a região irá ser capaz de fornecer as centrais de produção de energia com base em biomassa. O que é preciso, diz, é que exista uma estratégia regional muito bem definida.

No já referido concurso público promovido pelo governo português para criação de centrais a biomassa, Castelo Branco é o distrito com mais centrais previstas. Tem uma participação empresarial num consórcio que pretende construir centrais na região. Que análise faz da Beira Baixa relativamente ao potencial em matéria-prima para o desenvolvimento da indústria de biomassa?

Toda a nossa aproximação empresarial a estes negócios da floresta está ligada a um conjunto de empresas que são detidas por produtores florestais. O que nós entendemos é que, para participar na cadeia de valor, os proprietários florestais e agrícolas deverão constituir instrumentos empresariais que lhes permitam estar no mercado. Nós entrámos nesse processo já há alguns anos. Julgo que fizemos o percurso correcto e, hoje, é com agrado que fazemos parte de um consórcio que concorreu aos concursos e ganhou já grande parte das licenças para a produção de energia eléctrica.

O distrito de Castelo Branco é altamente apto para a produção florestal. Para além disso tem uma posição estratégica no país. E deve merecer uma atenção especial, devido àquilo que tem sido, nos últimos anos, o abandono do mundo rural, por parte daqueles que o habitam. Portanto, pensamos que o distrito de Castelo Branco vai ter capacidade suficiente para fornecer as centrais de produção de energia com base em biomassa que estão previstas para a região. Tem é que haver uma estratégia regional muito bem definida

A produção de culturas energéticas é uma hipótese para a região da Beira Baixa?

Sim. Até porque há uma questão fundamental relativamente à Beira Baixa e naquilo que têm sido as reformas da Política Agrícola Comum (PAC), que se prende com a questão do tabaco. Há uma libertação de terrenos muito grande, já que parte dos

terrenos de regadio eram utilizados na produção de tabaco, o que hoje já não acontece. Portanto, a Beira Baixa, em termos agrícolas tem um potencial grande – e não só nessas zonas – para implementar um quadro estratégico de produção de biomassa para produzir energia.

O Eng.º Paulo Preto dos Santos, director-geral da Sobioen, referiu em entrevista ao Folha Florestal que prevê que cada central de 10MW consumirá entre 80 e 100 mil toneladas de biomassa por ano. Com o conjunto de centrais previstas, que consequências poderá trazer a competitividade por matéria-prima?

Os negócios são bons quando são bons para todos. Temos que encontrar um equilíbrio que permita que, tanto quem compra como quem vende tenha resultados económicos. Com certeza que, durante um período curto haverá desajustamentos, como acontece neste momento. Agora há um desajustamento em desfavor dos produtores, mas até pode ser que, no futuro, haja um desajustamento a seu favor. Mas, o que interessa à cadeia é que seja possível que todos ganhem dinheiro e que todos estejam enquadrados no processo de produção de energia com base na biomassa, de modo estabilizado.

Dessa forma, o que eu penso é que existe, actualmente, uma capacidade suficiente para produção de biomassa para as centrais, mas não existe, neste momento, uma capacidade de dispor dessa biomassa para as centrais. O que

temos que fazer divide-se em dois níveis: garantir condições económicas para que a biomassa que existe seja disponibilizada em condições economicamente viáveis para as centrais; e, ao mesmo tempo, criar um novo cluster de oferta, que se prende com as produções de biomassa florestal e agrícola dedicadas.

Penso que se conseguirmos fazer isto, com algum planeamento e com um sentido sério dos apoios – que não podem ser vistos como dádivas, mas como uma necessidade nacional para desenvolver o negócio – existe, dizia eu, potencialidade e capacidade para Portugal produzir, com base na biomassa, uma importante quota da sua produção energética.

A quem cabe garantir que isso seja possível? Nomeadamente garantir que seja economicamente viável para as empresas e produtores fazer a recolha da biomassa?

Independentemente de quem recolhe a biomassa temos que vocacionar a actual produção florestal para além daquilo que é a sua produção principal. Temos que vocacionar toda a exploração florestal para que aquilo que sobrar seja dirigido para o negócio da biomassa.

Esse é um esforço que também tem que vir do Estado porque, no fundo, é um sector estratégico para os portugueses. Mas, de resto, terá que ser feito pelos agentes económicos. Isto é, teremos que ter agentes económicos preparados para fazer, e um Estado preparado para ouvir.



Ascenso Simões, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e da Floresta, aceitou o convite do Folha Florestal para responder a algumas questões sobre a política do Governo para a produção de energia a partir de biomassa florestal.

Mercado da biomassa valoriza património florestal

Considera que existe um risco potencial de as centrais encontrarem dificuldades em conseguir abastecer-se? Existe alguma estratégia para impedir que a procura não seja superior à oferta?

Para efeitos de adjudicação, e considerando as disposições constantes nos cadernos de encargos dos concursos, os aspectos relacionados com a sustentabilidade do fornecimento de biomassa às centrais são objecto de avaliação nas propostas, existindo discriminação positiva para a celebração de contratos com fornecedores de quantidades firmes de abastecimento e respectivo prazo de garantia.

Os processos concursais obrigaram ainda os concorrentes à apresentação de um estudo de sustentabilidade do recurso florestal, que caracterize as disponibilidades da biomassa florestal na área de influência de cada central, assim como a definição do respectivo plano de aprovisionamento. Dão ainda a possibilidade de serem efectuados contratos de fornecimento de biomassa florestal efectuados por organizações do sector florestal, quer estas sejam de produtores florestais ou empresas prestadoras de serviços na área da biomassa florestal. O citado estudo de sustentabilidade do recurso consiste num dos requisitos do concurso, sendo um dos resultados a definição da área de influência da central, estimando-se o raio de viabilidade de abastecimento de combustível à central. Adicionalmente, pelo Decreto-Lei n.º 225/2007, de 31 de Maio, foi criado o Observatório das Energias Renováveis, cuja tipologia estava já prevista na Estratégia Nacional para as Florestas, com a finalidade de acompanhar e monitorizar o aproveitamento da biomassa para a energia e garantir um sistema permanente de produção e divulgação pública de informação estatística relativa à recolha e utilização de biomassa florestal para fins energéticos.

Está prevista a articulação estratégica entre o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e o Ministério da Economia e Inovação para o fornecimento de biomassa às centrais que vão ser criadas?

A articulação entre o Ministério da Economia e da Inovação (MEI) e o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) foi prosseguida desde o início da preparação dos concursos, desde logo no grupo de trabalho que preparou os cadernos de encargos dos referidos concursos, tendo o MEI e o MADRP, através da Direcção Geral de Energia e Geologia e da Direcção Geral dos Recursos Florestais integrado o mesmo. O Júri do Concurso, entidade que conduz o procedimento concursal até à fase de adjudicação e celebração do contrato, foi também nomeado por despacho conjunto dos Directores da Direcção-Geral de Geologia e Energia e da Direcção-Geral dos Recursos Florestais. O facto do MADRP estar desde início integrado no procedimento concursal releva-se de grande importância, visto dispor de conhecimento sobre o sector florestal necessário à implementação de uma indústria desta natureza, bem como pelo facto de ter sido considerado fulcral assegurar a integração da política florestal nacional com a energética, mais concretamente no âmbito da minimização dos riscos de incêndio.

Atendendo às características fisiográficas da região da Beira Baixa, que tornam difícil e dispendiosa a recolha de biomassa, será possível ao mercado evoluir a curto/ médio prazo para tornar rentável essa recolha?

O processo concursal prosseguiu uma metodologia de conjugação de critérios de integração das políticas energética nacional e florestal, sendo que a distribuição territorial das centrais beneficiou as áreas onde as intervenções a nível da implementação de medidas de silvicultura preventiva se tornam prioritárias, e cuja tipologia assenta intrinsecamente neste critério. Por outro lado, foram definidas condições vantajosas no que diz respeito às tarifas a praticar com os operadores, o que constitui um factor dinamizador do mercado emergente de biomassa florestal para valorização energética, que se afigura como uma mais-valia do ponto de vista dos produtores florestais e um estímulo à gestão sustentável da floresta. Assim, além da expectável criação de oportunidades relativas à promoção de um mercado para a biomassa florestal que valorize o rendimento do património florestal, esta iniciativa junta-se ao elenco de decisões do Governo que visam a promoção de uma gestão florestal, com benefícios relativos à redução do material combustível nas florestas, e cujo resultado final visa a redução do risco de incêndios florestais, tal como consignado na Estratégia Nacional para as Florestas.



Zonas de Intervenção Florestal

Três ZIF da Aflobei já aprovadas

ZIF Monforte da Beira – Malpica do Tejo, ZIF Sarzedas – Magarefa e ZIF Penha Garcia são as primeiras três Zonas de Intervenção Florestal promovidas pela Aflobei a serem aprovadas.

Este é o culminar de três processos a que a Aflobei deu início ainda em 2006 e que, com a sua aprovação final, vão abrir um leque de importantes oportunidades para os proprietários e produtores florestais que aderiram às ZIF.

A Aflobei vai assumir a responsabilidade de ser a Entidade Gestora das ZIF, ficando encarregue de desenvolver uma gestão profissional das propriedades que integram os projectos, sempre numa lógica de concertação de interesses com os proprietários e produtores florestais aderentes.

Com a aprovação das ZIF e a abertura das candidaturas das medidas florestais do PRODER irá ser possível dar início à intervenção nas áreas dos proprietários aderentes, cuja participação neste processo complexo e moroso foi indispensável para o sucesso obtido.

A protecção da floresta contra os incêndios, a recuperação de áreas ardidas e, em sentido lato, a promoção da gestão sustentável dos espaços florestais são os principais objectivos que orientam o trabalho a ser desenvolvido.

Em entrevista na presente edição do Folha Florestal, Rita Horlata, gestora da Autoridade de Gestão do PRODER não deixa mar-



gens para dúvidas: “a estratégia do Governo privilegia o financiamento de projectos no âmbito de ZIF”. Os proprietários e produtores florestais têm, portanto, toda a vantagem em estar integrados numa ZIF.

PGF e PDF
A Aflobei está já a preparar a

elaboração de dois instrumentos fundamentais na gestão das ZIF, nomeadamente os Planos de Gestão da Floresta (PGF) e os Planos de Defesa da Floresta (PDF). Estes dois planos são obrigatórios para todas as Zonas de Intervenção Florestal, e irão servir de base aos projectos a serem realizados na área das ZIF.

Sete Zonas de Intervenção Florestal

Para além das três Zonas de Intervenção já aprovadas, a Aflobei espera ainda que, a curto prazo, seja também dado parecer positivo aos restantes quatro processos de constituição de ZIF:

- ZIF Sarzedas – Estacal;
- ZIF Benquerenças;
- ZIF Malhada do Cervo;
- ZIF Castelo Branco.

Uma vez aprovadas estas ZIF, será possível começar também a desenvolver projectos florestais nas respectivas áreas de gestão.

No total, a Aflobei candidatou-se à gestão de mais de 60 mil hectares de floresta na Beira Baixa, o que representa um importante investimento na região. A gestão das áreas em conjunto será imprescindível para uma gestão mais eficaz, mais sustentável e mais profissional das áreas florestais; uma gestão que vai

fomentar as condições para protecção e ordenamento dos espaços florestais e potencializar o aproveitamento dos recursos da região.

Processo iniciado em 2006
A Aflobei iniciou o processo de constituição de Zonas de Intervenção Florestal da Aflobei em 2006. Embora o Ministério da Agricultura dê agora algumas mostras de compreender as dificuldades essencialmente burocráticas que são colocadas na constituição de ZIF, esses obstáculos têm provocado uma demora que faz com que sejam ainda escassas as ZIF criadas no país.

Com o projecto de criação de sete Zonas de Intervenção Florestal, a Aflobei tem sido uma das principais responsáveis pela dinamização deste processo na Beira Baixa. Nesta região, devido à prolifera-

ZIF Sarzedas-Estacal

Concelho: Castelo Branco
Área: 1.322,71
Fase: Requerimento

ZIF Benquerenças

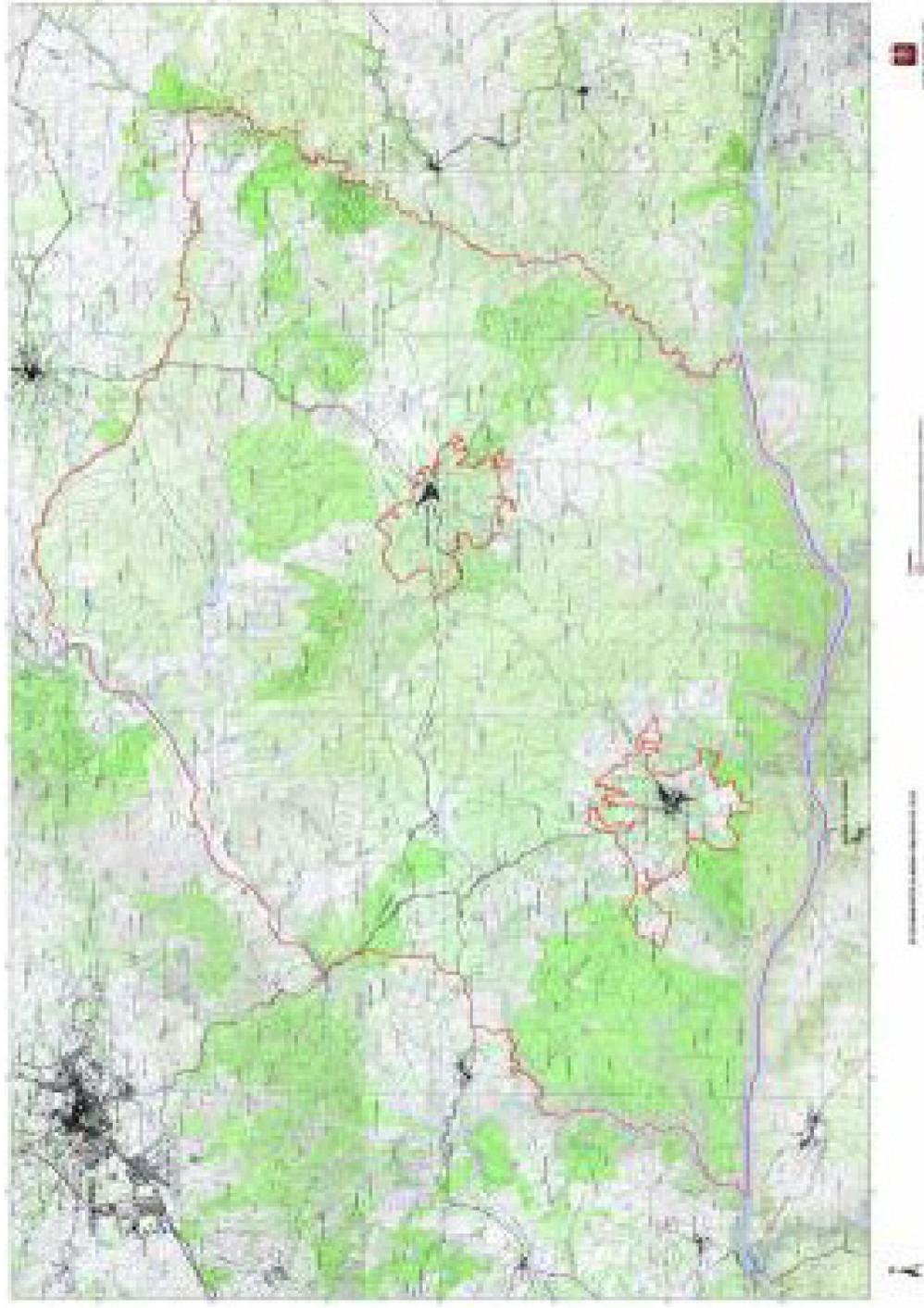
Concelho: Castelo Branco
Área: 1.514
Fase: Consulta Pública

ZIF Malhada do Cervo

Concelho: Castelo Branco
Área: 1.135,9
Fase: Consulta Pública

ZIF Castelo Branco

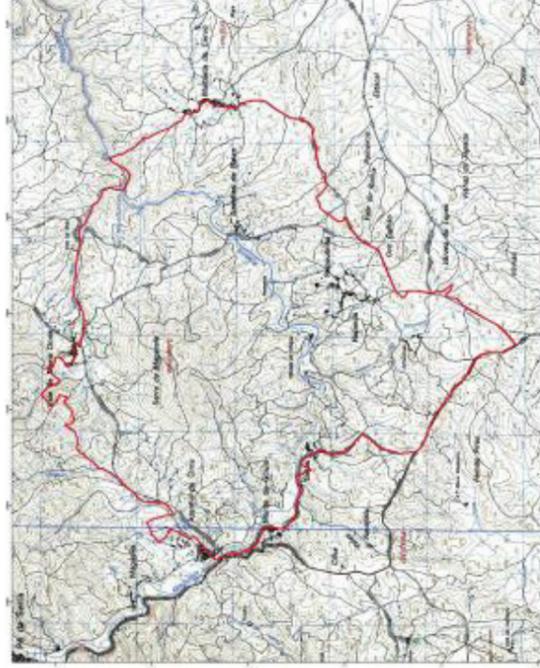
Concelho: Castelo Branco
Área: 13.559
Fase: Consulta Pública



ZIF Monforte da Beira – Malpica do Tejo

Concelho: Castelo Branco
N.º Proprietários Aderentes: 33

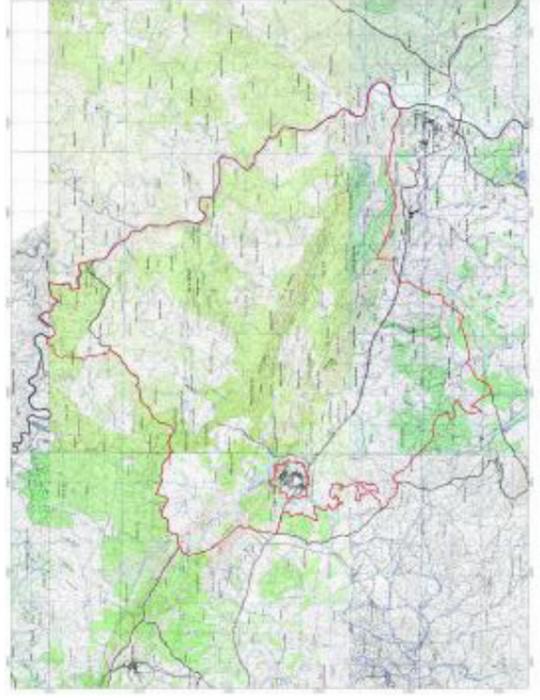
Área: 34.091 ha
N.º Prédios Aderentes: 115



ZIF Sarzedas – Magarefa

Concelho: Castelo Branco
N.º Proprietários Aderentes: 70

Área: 1.287,46 ha
N.º Prédios Aderentes: 471



ZIF Penha Garcia

Concelho: Idanha-a-Nova
N.º Proprietários Aderentes: 52

Área: 12.049,7 ha
N.º Prédios Aderentes: 195

Cogumelos Silvestres

Um recurso natural a considerar no desenvolvimento da floresta(*)

A região da Beira Interior apresenta uma heterogeneidade de ambientes agro-florestais, aos quais está associado um conjunto diverso e considerável de cogumelos silvestres, sendo que, cerca de uma centena estão identificadas como comestíveis e alguns destes revelam interesse gastronómico e elevado valor comercial.

O pinhal, o souto, o carvalhal, os montados de sobre e azinho, os prados e as pastagens permanentes apresentam-nos, espontaneamente e de forma singular, consoante o habitat e a denominação local, com os mscaros, a pinheirinha, o pata de carneiro, os rapazinhos, os boletos, o tortulho, as vivunhas, o frade, o pé azul, a laranja, a carqueijinha, os alfinetes, a batarata dos pinheiros, a couveira do tortulho ou tubareiro (Amanita ponderosa) e das criadilhas ou regoas (Terfezia arenaria e Terfezia leptoderma).

Os cogumelos são as frutificações dos fungos. Para melhor se perceber, o cogumelo está para o fungo assim como a pinha está para o pinheiro.

Os fungos caracterizam-se por uma organização estrutural de hifas com parede celular com quitina e sem celulose. São uma espécie de filamentos que no seu conjunto formam o micélio, aparecendo na natureza por vezes, com um aspecto semelhante a teias de aranha ou a algodão em rama.

Para promover a sua propagação, o fungo diferencia do micélio vegetativo, uma estrutura micorrizológica correspondente ao cogumelo, que se desenvolve acima dos substratos, proporcionando assim uma eficaz dispersão dos esporos na produzidos.

Os fungos por não terem clorofila, são incapazes de sintetizar nutrientes orgânicos, sendo que, obtêm nutrientes por absorção através das hifas em solução aquosa. A obtenção de alimento é conseguida de diferentes formas e consoante estas, assim se denominam:

- Sapróbios. A mobilização dos nutrientes faz-se a partir da exploração de substratos com matéria orgânica inanimada, como é o caso da mania morta e de troncos em apodrecimento.



Amanita caesarea +



Morchella esculenta +



Pleurotus ostreatus +

Lepioto procera +

- Parasitas. Vivem em associação com outro organismo uma relação de antagonismo, em que só o fungo tira proveito, podendo levar ao definhamento e morte do hospedeiro. Exemplos de fungos parasitas são:



Fistulina hepatica + em castanheiro



Inonotus hippodamia X em macieira



Condylops militaris X em processionária

sendo este ultimo passível de ser utilizado em luta biológica contra esta praga do pinheiro.

- Micorrizicos. Estes estabelecem uma relação de mutualismo com o hospedeiro, retirando nutrientes e água e resistências a condições de acidez, seca e de baixa fertilidade dos solos. As plantas em contrapartida, vão fornecer ao fungo os nutrientes elaborados da fotossíntese.

Uma singular associação que



Boletus edulis +



Amanita muscaria +



Cantharellus cibarius +



Amanita ponderosa +



Lactarius deliciosus +



Hydnum repandum +



Craterellus cornucopioides +



Tricholoma equestre X +



Terfezia arenaria +

Ora bem, com o recurso a fungos micorrizicos não só dispomos de um meio que permite às árvores melhores condições de desenvolvimento vegetativo mas também de uma possibilidade de aproveitamento de um produto com alto valor comercial e sem problemas de mercado, aspecto que ainda agora é ignorado pela maioria dos proprietários agro-florestais.

No entanto em meio rural, os cogumelos silvestres estão muito presentes na dieta alimentar das comunidades e, em várias regiões, a sua apanha constitui uma importante fonte de rendimento no contexto da economia local.

A produção de cogumelos silvestres comestíveis chega a atingir no seu conjunto, dezenas ou mesmo a centena de quilos por hectare. O seu aproveitamento pode contribuir para um rendimento anual que, em muitas áreas, ultrapassa o valor proporcionado pela produção de madeira.



Neste contexto, temos todo o interesse em introduzir, e/ou fomentar nos nossos povoados agro-florestais, uma flora micológica baseada em cogumelos micorrizicos, centrada se possível, nas espécies que dos estudos levados a efeito na região, de uma forma geral no mínimo, 60% dos cogumelos inventariados são micorrizicos, 50 % são comestíveis e 10 % têm valor comercial.

Importa assim desenvolver um conjunto de técnicas culturais e práticas de colecta conducentes ao aumento da produção e à sustentabilidade a longo prazo deste recurso natural.

Em populações de árvores adultas não é fácil a modificação do equilíbrio da flora micorrizica de forma significativa e duradoura, pelo que se possível, as intervenções deverão realizar-se no estágio inicial da vida das plantas.

Para o sucesso é determinante a utilização de plantas de qualidade com micorrizas adequadas e interes-

do no primeiro ano se a precipitação natural não salvaguardar as necessidades hídricas da planta.

Acontece na realidade que actualmente, em geral, nos deparamos com plantações recentes sem recurso a plantas micorrizadas e povoados adultos que não manifestam produção de espécies de cogumelos que seria expectável para a idade.

Havendo intenção de introduzir ou incrementar fungos com afinidade e particular interesse, podemos fazer uso de uma metodologia simples, ao alcance de todos, que limita à inoculação natural e consiste na:

- Apanha de cogumelos na fase final do seu desenvolvimento, para garantir que os esporos estejam maduros.
- Secagem dos carpofores seguida de moenda, o que facilita a conservação e o acondicionamento do produto.
- Preparação de um caldo de esporos com dissolução em água para melhor distribuição.
- Aplicação na área exterior à produção de cogumelos.

Para a produção de cogumelos é essencial a manutenção dos povoados, sendo importante:

- A eliminação e trituração de infestantes e dos resíduos finos da poda, por meios mecânicos e a sua distribuição à superfície do solo.
- Abre-se excepção para casos de densidade excessiva de plantas.

Subsolagem do terreno. A fim de melhorar a drenagem e o arejamento e facilitar a exploração de um maior volume de terra.

- Lavorar para eliminação da vegetação. Na fase inicial a competição das infestantes é muito prejudicial.

- Plantação com ausência de geometos superficiais que não penalize muito as raízes das árvores e permita uma extrupção ou destruição dos matos. Em resultado desta operação tem-se verificado uma reacção muito favorável na produção de cogumelos.

- O envelhecimento permanente com

vegetação autóctone ou com a introdução de leguminosas que captam azoto atmosférico e o fornecem à planta. Ao invés das mobilizações do terreno esta prática garante um acréscimo de matéria orgânica, um melhor arejamento do solo e a não destruição das raízes finas, mais abundantes à superfície e capazes de se associarem aos fungos micorrizicos.

- Facilitar o arejamento e a entrada de luz. Embora haja alguns cogumelos indiferentes ou que preferem zonas sombrias, a grande maioria com interesse comercial, necessita de luminosidade directa para a sua produção. Quando começa a haver muito ensombramento torna-se necessário, consoante os casos, recorrer ao desbastar das árvores mais fracas, a desramações e/ou a abertura das copas com a poda de "ar".

A sustentabilidade dos recursos existentes passa também pela necessidade de, na recolla, se fazerem observar algumas normas elementares, nomeadamente:

- Evitar colher cogumelos pouco desenvolvidos ou muito velhos. Em ambos os casos o aproveitamento gastronómico é pequeno. Se apanhados muito jovens não permitimos a libertação dos esporos e se muito velhos podem mesmo ser tóxicos.
- Não colher todos os cogumelos presentes em cada local nem apanhar mais cogumelos do que os que tenciona consumir. A apanha excessiva e sem regras, com intuito puramente comercial pode levar ao desparecimento das espécies.
- Evitar os sacos de plástico. Ao colocar os cogumelos em cestas arjadas, além de outras vantagens permite a disseminação dos esporos durante a deslocação no campo.
- Procurar devolver os restos e desperdícios da preparação e limpeza ao local de colheita pois estes são ricos em esporos.
- Evitar fazer estragos na vegetação, mania morta e no solo. Depois de uma recolla, no mesmo local, novos e novas espécies de cogumelos irão surgir.
- Não pisar ou destruir nenhum cogumelo mesmo que seja venenoso. Embora não comestíveis, estes são fundamentais para o equilíbrio dos ecossistemas.
- No caso dos hipógeos ou dos que apresentam normalmente o pé um pouco profundo, devem-se desenterrar cuidadosamente os cogumelos.



2- A gestão sustentável dos cogumelos silvestres passa por dar, ao proprietário, de forma inequívoca o poder de impor regras, limitar ou impedir a apanha por terceiros.

3- O desenvolvimento da técnica dos cogumelos pode e deve estar associado a outros produtos e outras actividades locais, como contributo para a revitalização social, económica e ambiental do espaço rural.

4- Há por vezes algumas semelhanças entre espécies tóxicas e comestíveis. Para evitar que do seu consumo ocorram intoxicações muito graves ou emvenenamentos mortais, a apanha de cogumelos deve ser feita apenas por pessoas conhecedoras, capazes de proceder à sua identificação com absoluta garantia.

Legenda:

- + Comestível
- X Não comestível
- X+ O mscarar amarelo é o cogumelo mais apreciado em Portugal, consumido desde tempos ancestrais por múltiplas gerações e em algumas regiões o único conhecido e colectado. No entanto foi recentemente considerado mortal em alguns países europeus, onde é proibida a sua comercialização e o seu consumo. São-lhe atribuídos mecanismos que levam à destruição muscular (Rabdomiolis), por fenómenos de acumulação.

(JOSÉ LUÍS GRAVATO HENRIQUES ENG. AGRÓNOMO - direcção REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCA DO CENTRO)



garante os carpofores, repondo a situação inicial do solo, tapando as poças, para evitar ao mínimo danos no micélio e raízes.

Notas finais:

1- As árvores micorrizadas com fungos simbiotes produtores de cogumelos comestíveis têm melhor desenvolvimento e proporcionam um rendimento adicional a não menosprezar na economia agro-florestal.



Perante aumento constante dos preços do petróleo

Prio quer taxa maior de incorporação de biocombustíveis

A Prio, subholding do Grupo Martifer para a área dos biocombustíveis, respondeu ao convite do Folha Florestal para partilhar a sua experiência neste negócio e expor a sua perspectiva sobre a evolução do sector dos biocombustíveis em Portugal.

Quem é a Prio?

A Prio pretende toda uma integração vertical da cadeia de valor, desde a produção à distribuição de biodiesel. Desta forma, assegurou uma presença global através da aposta na agricultura na Roménia e no Brasil, não descurando, no entanto, a produção nacional, através de acordos com agricultores, para a cultura de airassol. Para o ano de 2008, conta elevar para cerca de 20000 o número de hectares no seguimento de uma parceria desenvolvida com a Caixa de Crédito e Agrícola e com a Syngenta. Iniciou ainda em 2007 actividades exploratórias em Moçambique através de uma joint-venture com o Grupo Visabeira.

A presença na fase da extracção do óleo das sementes provenientes da actividade agrícola, fica assegurada pela construção de uma fábrica de extracção de óleo na Roménia, junto à unidade de produção de Biodiesel. Desta forma, a Prio tira partido das sinergias de ambos os negócios, e da proximidade de matérias-primas necessárias para a produção de biodiesel. Outras unidades poderão no entanto surgir, de acordo com a evolução das produções agrícolas.

Possui, ainda, uma unidade de produção de biodiesel em Portugal, afirmando-se como um importante produtor de biodiesel no mercado europeu.

Completando a cadeia de valor, a Prio Advanced Fuels pretende ser um importante *player* no mercado de biocombustíveis em Portugal, abrangendo tanto o mercado dos grandes consumidores, como o mercado de retalho.

A oportunidade de entrar num mercado onde é possível acrescentar valor ao produto através das si-

nergias existentes dentro da Prio e do Grupo Martifer (Martifer Energy Systems e Martifer Construções), conduziu à construção de infra-estruturas de armazenamento e mistura de biocombustíveis, bem como à criação de uma rede própria de distribuição no mercado de retalho.

O biodiesel em Portugal

Portugal tem um forte compromisso de promover os biocombustíveis e outras políticas de eficiência energética, nomeadamente em cumprir a legislação em vigor:

- Decreto-lei n.º 62/ 2006 de 21 de Março de 2006: cria mecanismos para promover a colocação no mercado de quotas mínimas de biocombustíveis, em substituição dos combustíveis fósseis, com o objectivo de contribuir para a segurança do abastecimento e para o cumprimento dos compromissos nacionais em matéria de alterações climáticas.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2008 de 5 de Fevereiro de 2008: resolve determinar a criação de especificações que permitam a comercialização de combustíveis com incorporações de biocombustíveis superiores às constantes das normas vigentes, com níveis máximos de 20% a partir de 2008.

Apesar de haver legislação e vontade de promover a utilização faltam os meios para que as empresas possam colocar à venda estes produtos ao público em geral (nos postos de abastecimento):

- Falta uma norma que indique as especificações de misturas diesel fóssil/ biodiesel.

- Falta a definição do modelo de inscrição das percentagens de biocombustíveis a colocar nos equipamentos de abastecimento dos postos de venda de combustíveis (selo).

- Falta especificar como vai ser feito o controlo dos efeitos da utilização de biocombustíveis no ambiente, no que se refere às emissões para a atmosfera.

Portugal deve permitir maior incorporação de biodiesel

Neste momento todo o gasóleo vendido em Portugal incorpora até 5% de biodiesel. Percentagens mais elevadas de biodiesel podem apenas ser consumidas por frotas de transportes e de empresas ou cooperativas.

A posição da Prio AF é de que o governo adopte uma posição semelhante à de Espanha, em que já se vende nos postos de abastecimento misturas com 20 e 30% de biodiesel, e em que é dada ao consumidor a opção de escolha.



O que é o biodiesel?

O biodiesel é o um biocombustível produzido a partir de óleos vegetais, como os de colza, girassol, soja, palma constituindo por isso uma fonte de energia renovável e amiga do ambiente.

A produção e utilização de biocombustíveis derivados de fontes renováveis não são uma inovação recente. Há um século Henry Ford desenvolveu o primeiro automóvel, a funcionar a álcool e, Rudolf Diesel alimentava o motor baptizado com o seu nome, a óleo de amendoim. Contudo, estes combustíveis não conseguiram competir com os combustíveis derivados do petróleo e caíram em desuso.

O crescente aumento dos preços do petróleo, com valores do barril até há pouco tempo inimagináveis (100,09 dólares em Janeiro de 2008), aliados à consciencialização de que os combustíveis fósseis são finitos e de que a procura global de energia vai continuar a aumentar (aumento exponencial da procura pelos países emergentes como a China e a Índia), bem como, as mudanças das políticas energéticas governamentais, e as alterações climáticas, estimularam a produção de biocombustíveis e aceleraram a procura de um combustível alternativo viável.

Existem dois tipos principais de biocombustíveis designados de primeira geração (produzidos a partir de óleos por transesterificação) e que são designados comercialmente por Biodiesel e Bioetanol. O Biodiesel é o mais usado na Europa e em Portugal e pode ser utilizado puro ou em misturas com o gasóleo convencional.

O estabelecimento de compromissos e directivas europeias, das quais se destacam o Protocolo de Quioto e a Directiva 2003/30/CE relativas, respectivamente, à imposição de redução global de 5,2% das emissões de CO₂ e, promoção da substituição de combustíveis de origem fóssil por combustíveis alternativos de 20% até 2020, veio impulsionar os países a estabelecer as suas próprias metas para cumprimento do proposto. A União Europeia calendarizou esta substituição da seguinte forma: 3% em 2007, 5,75% em 2010 3 10% em 2020 mas, o governo Português lançou uma meta ainda mais ambiciosa de substituição de 10% de combustíveis fósseis até 2010.

Vantagens do biodiesel

- É biodegradável, não tóxico e praticamente livre de enxofre e aromáticos pelo que é considerado um combustível ecológico.

- Tem um poder lubrificante superior ao do gasóleo tradicional podendo aumentar a vida útil do motor.

- Não são necessárias modificações a nível do motor a gasóleo, podendo ser utilizado em veículos ligeiros, máquinas, camiões e veículos agrícolas, desde que os seus motores funcionem habitualmente a gasóleo.

- Contribui para a diminuição efectiva das emissões de dióxido de carbono (CO₂): as plantas capturam todo o CO₂ emitido pela queima do Biodiesel, neutralizando as suas emissões (estudos indicam que a utilização de 1 kg de biodiesel reduz cerca de 3kg de CO₂)

- Redução das emissões de gases de efeito de estufa na produção e uso: Gasóleo emite 2,8 kg/litro, Biodiesel emite 0,91 kg/litro, cerca de 68% menos.

- Reduz o ruído do motor, o fumo libertado, a emissão de produtos cancerígenos (Redução de emissões de benzofluraneno em 56% e de benzopirenos em 71%).

- Tem um maior índice de cetano (maior poder de ignição).

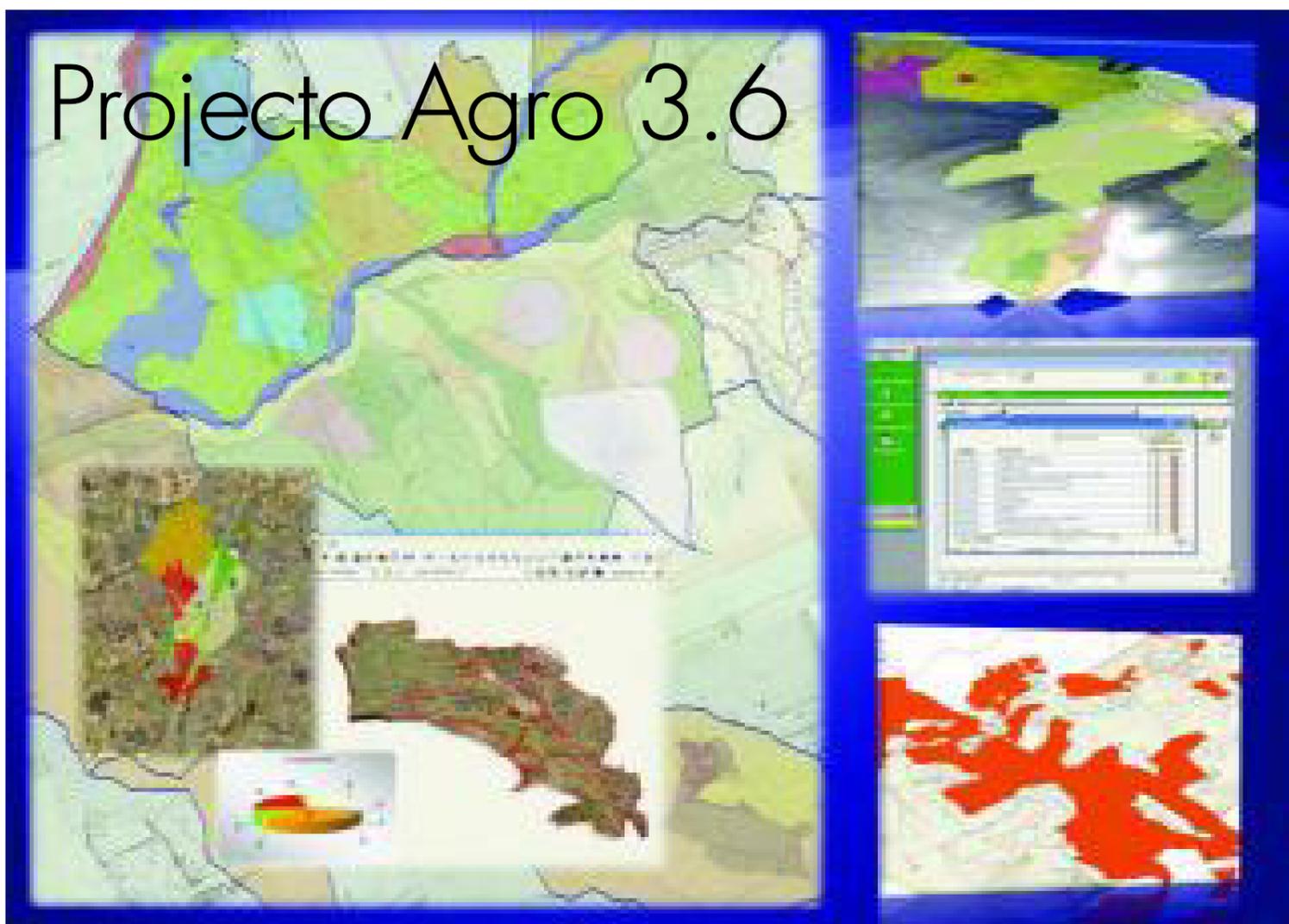
- A sua produção contribui para a diminuição da dependência energética do petróleo e estimula a produção agrícola.

- Promove o desenvolvimento da agricultura e da indústria e contribui para a prevenção da desertificação das áreas rurais (a produção de biodiesel utiliza hoje cerca de 3 milhões de hectares de terras aráveis na União Europeia).

- É um combustível de utilização mais segura do que o gasóleo convencional.

Projecto Agro 3.6

AGRO 3.6. -
Estudo das
variáveis
e respectiva
parametrização
que permitam o
acompanhamento
da Norma
Portuguesa 4406
(Gestão Florestal
Sustentável)



A Aflobei está a realizar um projecto, ao abrigo do Programa Agro 3.6, que pretende fazer o estudo da implementação da Norma Portuguesa 4406:2003 nos hectares correspondentes à área florestal dos associados da Aflobei. A Norma Portuguesa tem como objectivo a promoção da Gestão Florestal Sustentável, ou seja, promover o uso da floresta sem comprometer as suas funções económicas, sociais e ambientais.

Com esse objectivo, efectuouse o levantamento cartográfico da área dos associados (limites de propriedade, manchas florestais, pontos de água, entre outras infra-estruturas). Ao longo do projecto foi feita uma recolha de dados em campo que serviu para a elaboração de cartografia relativa às características de cada propriedade,

tais como ocupação do solo ao nível das unidades de gestão, pontos de água, rede viária e divisional, pragas e doenças, perigo de incêndio, erosão, etc. Todo o trabalho de pesquisa e de campo visou dar resposta aos critérios e indicadores de gestão florestal sustentável constantes na prNP 4406: Sistemas de Gestão Florestal Sustentável.

Os dados recolhidos são depois tratados com recurso ao suporte WinForest, um programa informático de apoio à gestão florestal e à implementação de processos de certificação florestal de acordo com a prN 4406. O tratamento dos dados no programa irá contribuir para o estabelecimento de parâmetros que, para além da sua importância no âmbito próprio

deste projecto, são também essenciais para a execução de Planos de Gestão Florestal, necessários à constituição de Zonas de Intervenção Florestal.

A execução do projecto é concretizada através da avaliação de indicadores para aplicação dos critérios pan-europeus de gestão florestal sustentável, com o objectivo final de implementar um sis-

tema de monitorização permanente, um dos requisitos da Norma para a Gestão Florestal Sustentável.

A implementação de um sistema destes permite aos produtores florestais cumprir requisitos mínimos que asseguram o cumprimento de um gestão florestal sustentável, e se assim o desejarem, a sua certificação.

Aflobei estabelece parceria com Micoplant

com a empresa Micoplant – Micologia Aplicada, Lda com o objectivo de promover a investigação, divulgação e comercialização de recursos na área da mi-

cologia, nomeadamente inóculos micorrízicos para aplicação em áreas agro-florestais.

Esta parceria irá oferecer mais e melhores condições aos proprietários flores-

tais, permitindo disponibilizar uma assessoria adequada à instalação de povoamentos e na gestão do recurso micológico.

Fundo Florestal
Permanente

Aflobei
quer chegar
aos 200
associados



mente (FFP) relativo ao “Apoio à Representatividade das Organização de Produtores Florestais”. O projecto será apoiado pelo FFP durante dois anos e tem como principal objectivo ampliar a representatividade da Aflobei. Para isso, através de um conjunto de iniciativas, a Aflobei propõe-se a aumentar o número de associados e a área de actuação da associação.

Este é, acima de tudo, um projecto de comunicação, que em conjunto com a promoção do associativismo florestal na região da Beira Interior, tem também a finalidade de promover a floresta no seu todo, enquanto sector estratégico para o país.

Protocolo de Parceria com o Extensity

A Aflobei tem um protocolo de parceria com o Projecto ExtEnSity – Sistemas de Gestão Ambiental e de Sustentabilidade na Agricultura Extensiva. Este projecto é financiado pelo programa LIFE da Comissão Europeia e coordenado pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, que visa otimizar o desempenho económico, social e ambiental das explorações agrícolas.

O ExtEnSity assenta em práticas que vão ao encontro de uma produção animal em pastagens permanentes biodiversas ricas em leguminosas. Estas pastagens permitem aumentar o encabeçamento sustentável, aumentando a matéria orgânica do solo, aspecto essencial para a retenção de água, a diminuição da erosão e o sequestro de carbono. A fixação de azoto pelas leguminosas reduz o consumo de fertilizantes azotados, cuja produção tem um elevado custo energético e portanto elevadas emissões de gases de efeito de estufa. Finalmente, quer o aumento de encabeçamento, quer a redução do consumo de adubos azotados, aumentam a



viabilidade económica da exploração.

O esforço das explorações agrícolas e agro-florestais na adopção de práticas agro-pecuárias sustentáveis é valorizado através da compatibilização entre as normas de adesão ao projecto, os apoios financeiros públicos e privados e a promoção dos produtos das explorações junto dos consumidores.

No âmbito do projecto foi desenvolvido um Sistema de Informação para explorações agrícolas e agro-florestais, com o objectivo de gerir a informação associada às obrigações legais e aos sistemas de certificação preconizados pelo ExtEnSity, constituído por uma base de dados e por um sistema de informação geográfico, e acessível pela internet.

A parceria permite à Aflobei oferecer novas soluções aos seus associados para promoção da sustentabilidade das suas explorações e possuir ferramentas informáticas para a gestão da informação sobre as mesmas.

Neste momento, a Aflobei já conta com doze associados como aderentes do ExtEnSity.

Preços dos Produtos Florestais

Cortiça

Cortiça (a porta da fábrica)	Na divisa (a peso)
	20 € a 25 € / anôdo
<p>Nota:</p> <p>O mercado já se mexeu, com negócios já realizados.</p>	



Pinha

Pinha (em montes)
0,90 € – 1 € / kg
<p>Nota:</p> <p>Esta campanha caracteriza-se por uma descida considerável na produção, provocando um aumento do preço.</p>



Pinheiro Bravo

Pinheiro Bravo	Em pé	A porta da fábrica
Serração	27,50 € a 30 € / ton	45 €/ ton
Vareta	15 € a 20 € / ton	45 €/ ton
Resíduo	5 € a 10 € / ton	35 €/ ton
<p>Nota:</p> <p>No mercado desta madeira houve um aumento da concorrência, provocando uma subida de preços.</p>		



Lenhas

Lenhas	
Sobrelta (em pé)	Azinheta (em pé)
10 € a 12 € / ton	25 € a 26 € / ton
<p>Nota:</p> <p>A estes valores é incluído o arranque de cedos.</p>	



Eucalipto

Eucalipto	Em pé (sem casca)	Em pé (com casca)
	25 € a 27,5 € / ton	20 € a 22 € / ton
	A porta da fábrica (sem casca)	A porta da fábrica (com casca)
	43 €/ ton	52 €/ ton
<p>Nota:</p> <p>Finalmente o preço do eucalipto sofreu uma forte subida, após vários anos consecutivos de valores baixos.</p>		



Biomassa

Biomassa	A porta da fábrica
	28 €/ ton (a 30% humidade)

